

SUMÁRIO

CONAB

Analista - Contabilidade ou Ciências Contábeis

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão, interpretação e reescrita de textos e de fragmentos de textos, com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas.....	1
Tipologia e gênero textual	10
Coesão e coerência.....	19
Ortografia oficial	27
Acentuação gráfica.....	31
Pontuação	40
Formação, classe e emprego de palavras	50
Significação de palavras.....	70
Período composto por coordenação e subordinação.....	78
Concordância nominal e verbal	85
Regência nominal e verbal	92
Emprego do sinal indicativo de crase.....	99
Colocação pronominal.....	103
Ambiguidade na construção do texto	108
Transitividade verbal	110
Produção textual utilizando a norma culta.....	115
Redação oficial.....	117
Questões	131
Gabarito.....	144

NOÇÕES DE MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Compreensão de estruturas lógicas. Tabela verdade	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	8
Diagramas lógicos	13
Fundamentos de matemática	16
Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações	28
Questões	34
Gabarito.....	43

SUMÁRIO



NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

Conceitos fundamentais - definição de computador, componentes básicos do computador (hardware e software) e tipos de computadores	1
Hardware - principais componentes de hardware. Dispositivos de entrada e saída. Armazenamento de dados. Software - tipos de software (software de sistema, software de aplicação). Conceitos de instalação e remoção de software	2
Sistema operacional windows 10 e 11. Gerenciamento de arquivos e pastas. Configurações básicas do sistema operacional.....	9
Redes de computadores - conceitos básicos de redes (lan, wan, internet). Dispositivos de rede (roteadores, switches, modems). Protocolos de rede.....	37
Suíte de escritório - programas de processamento de texto. Planilhas eletrônicas. Apresentações.....	48
Internet e serviços online - navegadores de internet e motores de busca. Segurança na internet.....	106
Serviços de e-mail	113
Gerenciamento de e-mails e calendários	117
Conceitos de segurança da informação - proteção de dados pessoais. Principais ameaças (vírus, malware, ransomware). Medidas de prevenção (senhas fortes, criptografia). Práticas de uso - boas práticas no uso do computador	122
Questões	130
Gabarito.....	139

NOÇÕES BÁSICAS DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Princípios orçamentários	1
Diretrizes orçamentárias; processo orçamentário	8
Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais aplicáveis	10
Sistema integrado de planejamento e orçamento - siop e sistema integrado de administração financeira - siafi	12
Receita pública: categorias, fontes, estágios, dívida ativa	21
Despesa pública: categorias, estágios; suprimento de fundos; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; a conta única do tesouro	25
Questões	46
Gabarito.....	52



GESTÃO DE PROJETOS

Conceitos básicos	1
Processos do pmbok – 7ª edição; gerenciamento da integração, do escopo, do tempo, de custos, da qualidade, de recursos humanos, de comunicações, de riscos, de aquisições, de partes interessadas; metodologias ágeis	2
Questões	13
Gabarito	17

CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS

Plano de transformação ecológica	1
Mudanças climáticas	5
Acordos do clima	7
Descarbonização	13
Desenvolvimento sustentável	20
Segurança alimentar e nutricional	22
Agricultura familiar	28
Política social de abastecimento de alimentos do governo federal	32
Transformação digital nos serviços públicos	36
Governo digital: lei nº 14.129, De 29 de março de 2021	41
Estratégia nacional de governo digital – decreto nº 12.198, De 24 de setembro de 2024 e suas alterações	54
Estratégia brasileira para a transformação digital (decreto nº 12.308, De 11 de dezembro de 2024 e suas alterações)	57
Plataforma gov.Br - decreto nº 8.936, De 19 de dezembro de 2016	59
Sistema de administração dos recursos de tecnologia da informação (sisp)	61
Assinatura eletrônica - lei nº 14.063, De 23 de setembro de 2020 e decreto nº 10.543, De 13 de novembro de 2020	68
Lei geral de proteção de dados pessoais - lei nº 13.709, De 14 de agosto de 2018 e alterações	78
Questões	101
Gabarito	108

SUMÁRIO

NOÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO APLICADA À CONAB

As diferentes conceituações de políticas públicas	1
O processo de elaboração de políticas	6
O papel do estado; a burocracia e o estado; poder, racionalidade e tomada de decisões; o papel da burocracia e a discricionariedade no processo de formulação e implementação de políticas públicas	9
Teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas: escolha racional institucional; teoria de redes de políticas públicas; teoria dos múltiplos fluxos; teoria do equilíbrio pontuado; teoria de coalizões de defesa	14
Implementação de políticas públicas: problemas, dilemas e desafios; arranjos institucionais para implementação de políticas públicas	18
A diversidade e a inclusão nas políticas públicas; ações afirmativas	20
Lei nº 8.171, De 17 de janeiro de 1991	22
Lei nº 8.174, De 30 de janeiro de 1991	40
Lei nº 8.427, De 1992	41
Decreto nº 11.820/2023 - Institui a política nacional de abastecimento alimentar - pna-ab e dispõe sobre o plano nacional de abastecimento alimentar	45
Portaria mda nº 49, de 16/10/2024 - institui o primeiro plano nacional de abastecimento alimentar - 2025/2028	49
Decreto nº 7.794/2012 - Institui a política nacional de agroecologia e produção orgânica	50
Portaria interministerial mda/sg-pr/mapa/mds/mma/ms/mcti nº 7, de 02/10/2024 - institui o plano nacional de agroecologia e produção orgânica - planapo, para o período de 2024 a 2027	56
Programa e a plataforma agro brasil + sustentável (portaria mapa nº 745, de 20 de dezembro de 2024)	58
Estatuto social	61
Código de conduta ética e integridade da conab	61
Questões	61
Gabarito	66

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade	1
Patrimônio; estrutura e configurações; fatos contábeis: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos	2
Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos; as contas patrimoniais; as contas de receitas, despesas e custos; as contas de compensação	18
A equação patrimonial; o regime de caixa e o de competência	25
Os lançamentos e suas retificações	27
Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária e cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens	29
Análise e conciliações contábeis: composição de contas, análise de contas, conciliação bancária	34
Balancete de verificação: modelos e técnicas de elaboração	36
Balanco patrimonial: objetivo e composição	37
Demonstração de resultado de exercício: objetivo e composição; indicadores de resultados contábeis e financeiros	39
Análise das demonstrações financeiras	40
Análise contábil: objetivos, limitações, clientela, cuidados prévios, preparação dos demonstrativos contábeis	43
Análise vertical estática e dinâmica	49
Análise horizontal, conversão de valores nominais e reais	55
Análise por quocientes: liquidez, solvência, endividamento, garantia de capitais de terceiros, imobilizações, rotação de valores, rentabilidade	59
Dva—demonstração de valor adicionado: objetivo e composição	68
Fluxo de caixa: objetivo e composição	78
Dmpl – demonstração das mutações do patrimônio líquido: objetivo e composição	91
Princípios fundamentais da contabilidade e normas brasileiras de contabilidade aprovados pelas resoluções do conselho federal de contabilidade nº 750, de 29 de dezembro de 1993; e nº 1.111, De 29 de novembro de 2007	101
Lei federal nº 6.404, De 15 de dezembro de 1976. Pronunciamentos do cpc (comitê de pronunciamentos contábeis)	108
Balancos e demonstrações exigidas pela lei nº 4.320, De 17 de março de 1964	199
Nbct 16 - normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	217
Gestão financeira: finanças nas organizações	220
Administração de recursos materiais e patrimoniais	227
Orçamento público: princípios orçamentários	228

SUMÁRIO



Diretrizes orçamentárias; processo orçamentário	236
Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.....	238
Receita e despesa públicas; suprimento de fundos; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores	240
Matemática financeira: regra de três simples e composta, percentagens	265
Juros simples e compostos; capitalização simples e composta e descontos; taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente; planos de amortização de empréstimos e financiamentos.....	272
Rendas uniformes e variáveis	285
Taxa interna de retorno.....	291
Questões	292
Gabarito.....	298

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para quem se prepara para concursos públicos, exames escolares ou qualquer prova que envolva Língua Portuguesa. Dominar essas competências pode ser o diferencial entre uma boa e uma excelente pontuação, especialmente em provas que cobram interpretação textual de forma intensa e minuciosa.

Mas qual é a verdadeira diferença entre compreensão e interpretação? Muitas vezes, esses dois conceitos são tratados como sinônimos, mas possuem diferenças importantes. A compreensão envolve a habilidade de entender o que o texto expressa de maneira clara e direta, ou seja, aquilo que está explícito na superfície das palavras. É a capacidade de captar o significado literal das frases, ideias e argumentos apresentados pelo autor. Já a interpretação vai além: é a habilidade de ler nas entrelinhas, de inferir significados ocultos e de construir sentidos que não estão evidentes no texto, mas que podem ser deduzidos a partir do contexto, dos detalhes e da experiência do leitor.

Desenvolver a habilidade de compreender e interpretar textos é uma tarefa que exige prática e dedicação. Ao longo deste estudo, exploraremos as diferenças entre compreensão e interpretação, os tipos de linguagem que influenciam a interpretação textual e o conceito de intertextualidade, que é quando um texto se relaciona com outro para construir novos significados. Esses conhecimentos são essenciais para uma leitura mais aprofundada e para uma interpretação mais assertiva dos textos que aparecem em provas de concursos e avaliações em geral.

— Diferença entre Compreensão e Interpretação

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a interpretação envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



Noções Básicas de Informática

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

Segurança da Informação: Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



— Princípios Orçamentários

Os princípios orçamentários constituem diretrizes fundamentais que orientam a formulação, execução e controle do orçamento público, assegurando que as finanças do Estado sejam geridas com transparência, legalidade e eficiência. Eles são o alicerce que garante que o processo orçamentário atenda aos objetivos de planejamento, equilíbrio fiscal e responsabilidade com o uso dos recursos públicos.

Esses princípios têm como função principal disciplinar a administração financeira pública, garantindo que o orçamento seja elaborado de forma coerente com as necessidades do governo e com o interesse público, além de facilitar o controle e a fiscalização tanto pelo Poder Legislativo quanto pela sociedade.

Princípio da Clareza

O princípio da clareza exige que o orçamento seja redigido de forma clara, objetiva e compreensível, facilitando a sua leitura e interpretação por todos os interessados, incluindo a população e os órgãos de controle. Esse princípio garante que as informações sobre receitas e despesas sejam apresentadas de modo a evitar ambiguidades, tornando o orçamento um instrumento acessível e transparente.

A aplicação deste princípio fortalece a participação cidadã, pois possibilita que qualquer pessoa compreenda a destinação dos recursos públicos, promovendo maior controle social e accountability.

Princípio da Exclusividade

O princípio da exclusividade determina que a lei orçamentária deve conter exclusivamente a previsão de receitas e a fixação de despesas públicas, sem tratar de temas alheios ao orçamento. Esse princípio visa evitar que questões não relacionadas ao planejamento financeiro sejam inseridas na legislação orçamentária, o que poderia desviar seu foco e prejudicar a eficiência da gestão pública.

Há, contudo, exceções previstas por lei, como a inclusão de autorizações para a realização de operações de crédito e a transposição de recursos, quando necessário.

Princípio da Universalidade

O princípio da universalidade estabelece que o orçamento deve abranger todas as receitas e despesas da administração pública, sem omissões. Isso significa que todas as fontes de recursos e todas as obrigações financeiras do governo precisam estar previstas no orçamento, permitindo uma visão completa das finanças públicas e facilitando o controle e a fiscalização pelos órgãos competentes.

Esse princípio é fundamental para garantir a transparência do processo orçamentário, permitindo que o governo preveja todas as despesas necessárias para o cumprimento de suas funções e serviços.

Princípio da Anualidade (ou Periodicidade)

O princípio da anualidade define que o orçamento público deve ser elaborado para um período determinado de tempo, geralmente correspondente ao ano civil. Esse princípio busca garantir a regularidade e o controle da execução orçamentária, ao exigir que o governo planeje suas receitas e despesas para um período de doze meses, o que facilita a adaptação às necessidades econômicas e sociais de curto prazo.

A temporalidade do orçamento permite que o governo ajuste suas políticas financeiras a cada exercício, adequando o planejamento às mudanças nas prioridades e nas condições econômicas.



Na abordagem tradicional, diferem-se 5 grupos de processos no desenvolvimento de projetos:

- Iniciação;
- Planejamento;
- Execução;
- Monitoramento e controle;
- Encerramento.

Alguns projetos vão seguir todos estes estágios, já outros podem ser encerrados antes do inicialmente esperado. Outros projetos passarão pelos estágios 2, 3 e 4 múltiplas vezes. O projeto visa a satisfação de uma necessidade ou oportunidade, definida no texto acima como fase inicial na qual existem muitas áreas e/ou pessoas envolvidas.

Sempre existirá em geral, mais que uma solução ou alternativas para atender às mesmas necessidades. A técnica utilizada para definir a solução final passa pelo desenvolvimento de alternativas extremas. A primeira, de baixo custo, atendendo as necessidades mínimas para ser funcional. A segunda atendendo a maior parte das exigências das diversas áreas envolvidas no escopo, que resulta num projeto com custo muito maior e pouco competitivo. A partir das alternativas é desenvolvida uma solução intermediária entre as mesmas, que atenda a boa parte das exigências com um custo competitivo.

— Principais características dos modelos de gestão de projetos

Pode ser aplicado como disciplina a fim de manter os riscos de fracasso em um nível mais baixo quanto possível durante o ciclo do projeto, potencializando, ao mesmo tempo, as oportunidades de ocorrência de eventos favoráveis ao projeto. O risco de fracasso, consequente da ocorrência de ameaças, aumenta de acordo com a presença de incerteza do evento, e da sua probabilidade de ocorrência, durante todos os estágios do projeto.

A Gestão de Projetos é a disciplina de determinar e atingir objetivos ao mesmo tempo que se otimiza o uso de recursos (tempo, dinheiro, pessoas, espaço, entre outros).

A Gestão de projetos tem como responsável um indivíduo intitulado gerente de projeto. De maneira ideal, o gestor raramente participa diretamente nas atividades que produzem o resultado final. Ainda assim, o gerente de projeto visa manter o progresso e a interação mútua progressiva dos diversos participantes do empreendimento, reduzindo assim o risco de fracasso do projeto, podendo arcar com qualquer ônus.

— Projetos e suas etapas

O gestor de projetos utiliza várias técnicas, para manter o controle sobre o projeto do início ao fim, dentre as quais destacam-se:

- Planejamento de projeto;
- Análise de valor agregado;
- Gerenciamento de riscos de projeto;
- Cronograma;
- Melhoria de processo.



O QUE É O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

► Conceito e origem da proposta

O Plano de Transformação Ecológica é uma estratégia do Governo Federal brasileiro voltada para o desenvolvimento sustentável, lançada com o objetivo de alinhar a economia nacional às exigências ambientais do século XXI. Trata-se de uma iniciativa transversal que busca transformar o modelo de desenvolvimento do país, promovendo uma economia de baixo carbono, inclusiva, justa e resiliente às mudanças climáticas.

Sua formulação está diretamente ligada aos compromissos assumidos pelo Brasil em acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e surge da necessidade de reposicionar o país diante da nova geopolítica ambiental e econômica global. O plano propõe uma mudança estrutural, não apenas setorial, articulando ações em diversas áreas como energia, agricultura, indústria, infraestrutura, educação e finanças sustentáveis.

► Fundamentos e princípios orientadores

O plano se baseia em três grandes pilares:

- **Justiça climática:** promove a equidade no acesso às oportunidades da transição ecológica, buscando reduzir desigualdades regionais, sociais e raciais.

- **Inovação tecnológica:** aposta em soluções sustentáveis que utilizem ciência, tecnologia e conhecimento tradicional para criar novos modelos de produção e consumo.

- **Desenvolvimento territorial sustentável:** incentiva ações integradas em nível local, respeitando as características e vocações de cada região brasileira.

Esses princípios orientam a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, promovendo uma transição ecológica que não deixe ninguém para trás.

► Articulação com políticas públicas e metas internacionais

O plano não atua de forma isolada. Ele está alinhado a outros instrumentos de planejamento e desenvolvimento do governo, como:

- A Política Nacional sobre Mudança do Clima
- O Plano Plurianual (PPA)
- A Nova Indústria Brasil
- O Plano Safra Sustentável

Além disso, o plano contribui diretamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente aqueles relacionados à energia limpa, cidades sustentáveis, ação climática, vida terrestre e igualdade social.

Outro destaque é a integração com a política externa brasileira, que busca reposicionar o país como liderança global na pauta ambiental.

O plano também é uma resposta estratégica ao crescente movimento global de taxação de carbono e à exigência de cadeias produtivas mais sustentáveis por parte de mercados internacionais, como a União Europeia.



DEFINIÇÕES E ABORDAGENS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A compreensão sobre o que são políticas públicas varia conforme a linha teórica, a perspectiva institucional e os objetivos de análise. Por isso, é essencial conhecer as principais conceituações e abordagens utilizadas no campo da Administração Pública. A diversidade de definições não representa contradição, mas sim a complexidade que envolve esse tema, sempre relacionado às escolhas coletivas que orientam a ação estatal.

De forma geral, políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de decisões, ações e programas desenvolvidos por atores governamentais com o propósito de solucionar problemas coletivos e promover direitos e serviços para a população. Contudo, esse conceito se desdobra em diferentes enfoques, conforme exposto a seguir.

► Conceito clássico e normativo

A definição mais tradicional, muitas vezes chamada de normativa, parte da ideia de que políticas públicas são aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer. Essa formulação, popularizada pelo autor Thomas Dye, enfatiza o papel do Estado como ator central na tomada de decisão. Nessa visão, o governo é quem detecta os problemas, decide as soluções e executa as medidas por meio de seus órgãos e instituições. É uma concepção centrada no Estado, o que a torna bastante útil para estudos que analisam a atuação dos poderes públicos de forma hierárquica e formal.

Essa abordagem é comum em análises institucionais que observam os ciclos das políticas públicas dentro das estruturas de governo. Ela oferece clareza para se identificar atores formais, normas jurídicas envolvidas, fases do processo decisório e resultados esperados.

► Abordagem processual

Outro enfoque relevante é o processual, que entende a política pública como um processo contínuo, que envolve diversas etapas desde a identificação do problema até a avaliação dos resultados. Essa abordagem permite compreender que a política pública não é um produto estático ou um único ato decisório, mas um conjunto articulado de fases que se retroalimentam e exigem coordenação entre diferentes agentes.

Dessa forma, o processo de formulação e implementação passa a ser analisado em seus aspectos dinâmicos, revelando conflitos, disputas e articulações que ocorrem ao longo do tempo. A abordagem processual é bastante usada nos estudos sobre ciclo de políticas públicas, que divide a atuação do Estado em fases como agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação.

► Abordagem pluralista e participativa

Com o avanço da democracia e da participação social, surgiu também a concepção de políticas públicas como resultado da interação entre diversos atores sociais, e não apenas do governo. Essa é a perspectiva pluralista, que reconhece que organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas privadas e cidadãos organizados também influenciam diretamente na formulação de políticas.

Nessa abordagem, as políticas públicas são frutos de negociações, conflitos e consensos estabelecidos entre diferentes grupos de interesse. A presença de conselhos gestores, audiências públicas e consultas populares revela que o Estado não está isolado na definição de suas ações. Há uma governança compartilhada, em que múltiplos atores atuam de forma articulada, embora com diferentes níveis de poder e capacidade de influência.



Conhecimentos Específicos

— Conceito

Contabilidade é a ciência social que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade, observando seus aspectos quantitativos e por meio de técnicas, suas variações no decorrer do tempo.

Todas essas informações são úteis para a tomada de decisões, dentro e fora do ambiente da empresa, analisando, registrando e controlando o patrimônio. Através de relatórios gerados pela Contabilidade, esses dados são entregues ao seu público de interesse.

Como ciência social, a Contabilidade pode ter seus métodos aplicados nas pessoas físicas ou jurídicas, possuidoras ou não de finalidades lucrativas.

A Contabilidade pode ser dividida em algumas áreas:

– **Auditoria:** Conjunto de métodos e técnicas encarregados de analisar e avaliar atividades, no sentido de apurar a transparência dos registros contábeis e a exatidão da prática das operações para que seja emitida opinião formal sobre os as mesmas.

– **Perícia:** Pela definição da Norma Brasileira de Contabilidade, a perícia contábil é “o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo a emissão de laudo ou parecer sobre questões contábeis, mediante exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificado”.

– **Contabilidade do terceiro setor:** Possibilita demonstrar clareza para a sociedade no trabalho desenvolvido por entidades deste setor, gerando confiabilidade na captação de novos recursos.

– **Contabilidade Fiscal:** Atua através de conhecimentos específicos, registrando e escriturando todos os fatos que incidem nas obrigações tributárias. Muitas vezes, os serviços fiscais são terceirizados através de escritórios contábeis que ficam responsáveis também pela apuração e contabilização das rotinas de departamento pessoal.

– **Contabilidade de seguros:** Através de sistema de controle e análise financeiros, contabiliza as atividades de uma seguradora necessárias à tomada de decisão.

– **Contabilidade bancária:** Responsável pela contabilização das instituições de crédito e finanças.

– **Contabilidade Pública:** Conjunto de normas e princípios , aplicados para o controle do patrimônio das entidades do setor público.

– **Contabilidade imobiliária:** Área da Contabilidade que analisa e controla o patrimônio das empresas com atividades no mercado imobiliário.

– **Contabilidade digital:** Concentração de órgãos do governo Federal na formalização dos registros de escrituração contábil eletrônica com o objetivo de combater a sonegação fiscal.

– **Contabilidade de Custos:** Voltada para a análise dos custos que a empresa possui na produção de seus bens ou na prestação de seus serviços.

– **Consolidação de balanços:** Técnica contábil utilizada para concentrar o patrimônio e os resultados de um grupo de empresas que tem o mesmo controle societário.

— Objetivo

O Objetivo da Contabilidade é registrar, organizar e formalizar atos e fatos que afetam a entidade. Além de apresentar de maneira estruturada, seus bens, direitos, obrigações e resultados. As principais técnicas utilizadas para o alcance de seus objetivos são: escrituração, demonstrações contábeis e análise de balanços.